



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de São Carlos**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012489-13.2017.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Fernando Aldo Canos**  
 Requerido: **Mercado Livre Comercio de Atividades de Internet Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou que possuiu cadastro junto à ré onde realiza vendas de alguns produtos.

Alegou que seu cadastro foi suspenso por denúncias de outro vendedor, sob alegação de que seus anuncios eram cópias de texto e imagens protegidos, violando a propriedade intelectual do denunciante.

Alegou que seus anuncios são anteriores ao do outro anunciante almejando por isso a reabilitação do seu cadastro e anuncios.

O pedido de tutela de urgência para reabilitação do cadastro do autor foi indeferido, pois o autor não indicou um indício sequer que ao menos lhe conferisse verossimilhança, em relação a eventual ilegalidade cometida pela ré.

No decorrer do feito, ele foi instado a esclarecer seu interesse na produção de outras provas, mas permaneceu silente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Assim o autor deixou de comprovar que efetivamente seu anúncio era anterior ao do outro anunciante e que portanto o bloqueio efetuado pela ré não seria legítimo.

A dinâmica demonstrada pelo autor evidencia que a ré tomou os cuidados necessários antes de levar a cabo a providencia impugnado pelo autor, e que este também se manteve silente a esse respeito.

Assim posta a controvérsia nos autos, reputo que a pretensão deduzida não merece acolhimentos.

Isso porque em momento algum o autor demonstrou que o bloqueio efetuado em sua conta pela ré foi indevido.

As questões apontadas não eram complexas e tampouco exigiam conhecimento técnico para que fossem aclaradas, mas mesmo assim a dúvida suscitada persistiu.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 26 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**